

Comunicação e Cidadania nas Rádios Públicas: as experiências da Frei Caneca FM e da Paulo Freire AM 820 de Recife¹

Ana Maria da Conceição VELOSO²
Doutora

Ivanice Oliveira de LIMA³
Mestra

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

O trabalho mostra o processo de construção coletiva da Frei Caneca FM e da emissora Paulo Freire AM 820, ambas sediadas no Recife, Pernambuco. A primeira, uma emissora pública da Fundação de Cultura Cidade do Recife, que, após décadas de espera da sociedade, finalmente saiu do papel em junho de 2016; a outra ligada à Universidade Federal de Pernambuco. As emissoras vêm sendo pensadas com o acompanhamento de representantes de entidades da sociedade civil organizada e da comunidade acadêmica, com o objetivo de, assim, contar com a maior representação social possível. O presente artigo apresenta as ações das emissoras, considerando o desafio de construir pluralidade de vozes circulando por suas ondas e a diversidade dos seus conteúdos, e destaca a importância do fortalecimento dessas duas emissoras públicas pernambucanas.

Palavras-chave: História da Mídia Sonora; Rádio Frei Caneca FM; Rádio Universitária Paulo Freire 820 AM; Comunicação Pública; Cidadania.

Introdução

Nos anos de 1920, a radiodifusão brasileira nasce privada, patrocinada por clubes, sociedades, grupos da elite do país, primando por uma programação que retratava seus gostos pessoais, e voltada para os interesses de uma pequena parcela da população.

As emissoras se organizavam para suas transmissões experimentais em torno dos chamados rádio-clubes. Por isto, até hoje muitas emissoras [...] em todo o país, têm a denominação de Rádio Clube, porque se constituíam, na verdade, em clubes de ouvintes. (MOREIRA, *apud* VIRGÍLIO, 2012, p.1)

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Sonora, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Doutora em Comunicação, Professora do Departamento de Comunicação Social da UFPE: ana.cveloso@ufpe.br.

³ Mestra em Desenvolvimento Local, Professora do Departamento de Comunicação Social da UFPE: nicelima.com@gmail.com

É inevitável a comparação das emissoras estatais e das emissoras públicas com as rádios comerciais, aquelas que têm como objetivo central a manutenção através do lucro, via publicidade paga.

As emissoras estatais, de acordo com Eugênio Bucci (2015), não podem se eximir de estar a serviço do interesse público. Elas pertencem ao estado, contam com financiamento do estado, a gestão está subordinada a autoridades de um dos três poderes da república. Em consequência, a programação não é independente do Estado, acaba refletindo pontos de vista e as angulações instaladas na máquina da administração direta.

Já as emissoras públicas não pertencem ao Estado. Podem ter a forma de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) ou uma fundação, tanto de direito público, quanto de direito privado e precisa haver mecanismos de verificação e fiscalização de sua administração pelo poder público e pelos cidadãos. Podem receber financiamento público advindo de impostos, taxas específicas pagas de forma compulsória, podem receber doações voluntárias dos cidadãos e ainda há a possibilidade de receberem dinheiro de anunciantes, mas há de se observar que aí se entende que poderia haver uma fuga de sua vocação natural e elas tenderem a prestar contas de sua eficiência de veículo anunciante para agentes do mercado (BUCCI, 2015).

Quanto à gestão, seus dirigentes prestam contas apenas a um conselho interno, independente, constituído por pessoas que representem a pluralidade da sociedade e tenham notório saber nas suas áreas de atuação. E nessas emissoras a programação denota alto grau de autonomia. A escolha das atrações não deve depender de aprovação ou anuência de autoridades externas (BUCCI, 2015).

Diferente da comunicação comercial, a comunicação pública:

[é] voltada para esclarecer a cidadania sobre seus próprios direitos, é presidida pelo direito à informação de que todo cidadão é titular. Esta, especialmente, não se deixa capturar por interesses partidários, religiosos ou comerciais (BUCCI, 2013, p.124).

É sobre esse tipo de comunicação que vamos nos debruçar neste artigo, ao trazer para a nossa reflexão, o processo de construção da Frei Caneca FM e da Paulo Freire AM 820, emissoras sediadas no Recife. Esse processo envolve a atuação de profissionais qualificados

para atuar no setor e conta com a participação de organizações e produtores da sociedade civil organizada e, no caso da Paulo Freire AM, também da comunidade acadêmica.

A escolha por destacar as experiências dessas emissoras tem relação com a natureza delas, que representam, hoje, no Recife, espaços recentes de maior acessibilidade para a sociedade, que veicula seus conteúdos, pelas ondas das emissoras, através da inclusão de propostas de projetos radiofônicos nas suas programações. A Frei Caneca, com a abertura da programação diária e ao vivo em 2018 (após uma fase experimental musical de dois anos), e a Paulo Freire, na nova etapa, reformulada com novos horários ocupados por projetos das universidades e da sociedade civil organizada, a partir de 2019.

A Comunicação pública pelas ondas do rádio

Quando aliadas às inovações oriundas das universidades, institutos de pesquisa, grupos comunitários, ONGs, associações populares, sindicatos e outros sujeitos coletivos, as rádios públicas ganham em criatividade e experimentação. Pelo seu caráter público e desvinculação com o lucro, elas podem dar visibilidade às informações ignoradas pelas demais empresas, abrindo espaços para atores e movimentos sociais que não têm seus anseios, projetos e reivindicações espelhados nos “produtos” empacotados e distribuídos pelas corporações de mídia. Esse posicionamento deve ser convertido em compromisso ético, sobretudo quando tratamos de emissoras públicas, como as Rádios Frei Caneca FM e Rádio Universitária Paulo Freire.

É importante salientar que as emissoras devem primar pela valorização da comunicação pública. O artigo 223 da Constituição Federal de 1988 prevê a complementaridade entre os sistemas de comunicação no Brasil. Significa dizer que, segundo a Carta Magna, as programações e estruturas dos sistemas públicos, privados e estatais do setor deveriam atuar de modo a atender à sociedade. As lógicas entre esses tipos de emissoras são distintas, mas são complementares. Elas exercem papéis separados, mas igualmente necessários.

Não há sociedade livre sem emissoras comerciais. Não há democracia inclusiva sem emissoras públicas. [...] [As emissoras públicas], como não visa o lucro e não se orienta exclusivamente pela quantidade de telespectadores, ou ouvintes, [...] ajudam a proteger a esfera pública da chamada colonização pelo capital. (BUENO *apud* BUCCI, 2015, p.82)

As emissoras não-comerciais lidam com questões de interesse público, portanto, elas precisam:

a) colocar à disposição os dados públicos (dever de informar, garantir acesso à informação e administrar eventual comercialização de dados públicos); b) promover o relacionamento entre o serviço público e os seus usuários (recepção/atendimento, escuta, diálogo); c) divulgar os serviços e as políticas públicas; d) realizar campanhas de interesse geral (comunicação cívica e campanhas de causas sociais); e) valorizar a instituição (imagem, identidade e legitimidade dos serviços públicos, comunicação interna). E, adicionalmente, estabelecer o debate público (diálogo, negociação, coleta de opiniões e formalização de consensos). (KOÇOUSKI, 2012, p. 92, *apud* BUCCI, 2013, p.125).

Se o Estado Democrático deve ser público, também uma emissora estatal precisa ser gerida como coisa pública. Mais do que estar a serviço do Estado,

como todo órgão vinculado direta ou indiretamente à administração pública, ela deve pautar-se pelos princípios constitucionais da moralidade, da legalidade e da impessoalidade, não sendo legítimo que ela seja posta a serviço de interesses pessoais, partidários, familiares, comerciais ou religiosos. Emissora estatal, enfim, não é sinônimo – nem deve ser – de uma emissora de propaganda partidária empenhada na defesa dos interesses eleitorais ocasionalmente instalados no governo. (BUCCI, 2013, p.130)

A grande questão que ocorre é a disparidade. No país, o sistema privado - que, por princípios, deveria servir ao interesse público, sobretudo na radiodifusão - é hegemônico. Para além do descumprimento da norma legal, a situação configura um quadro extremamente assimétrico, composto e controlado por ínfimos grupos que exercem seu poderio livremente, sem regulação por parte do Estado. Sendo assim, quando traçamos o cenário da radiodifusão brasileira, percebemos o quanto a formação de oligopólios de conteúdo, a primazia de poucas empresas na produção e transmissão de informações e a propriedade cruzada têm sido nefastas para esse campo social. Diante dessas constatações, a exigência de um novo marco regulatório deve responder às demandas colocadas em pauta pela sociedade e promover uma reorganização do conjunto dos serviços de comunicações.

Mas, qual a conexão desse debate com o papel das rádios públicas? A Associação das Rádios Públicas no Brasil (Arpub), entidade sem fins lucrativos, fundada em 2004 e que tem mais de 40 consorciadas, define como emissoras públicas as mantidas com recursos de governo (federais, estaduais e municipais), identificadas como educativas, culturais e universitárias. São rádios de sinal aberto que atingem uma cidade, uma região metropolitana, ou um estado,

algumas com seu sinal no satélite e trabalhando com um corpo de colaboradores composto por jornalistas, radialistas e administrativos (ARPUB, 2004).

Com base nessa conceituação, compreendemos que, dentre os passos para a necessária reestruturação do sistema de comunicação, o investimento nas rádios públicas, poderá favorecer a criação de maior diversidade cultural em meio ao deserto da produção de sentidos que a massificação de formatos provocou.

O rádio é um meio particularmente adequado para tal, na medida em que utiliza uma tecnologia de baixos custos de produção e distribuição. As emissoras como a Rádio Paulo Freire e Frei Caneca são particularmente vocacionadas para o exercício dessa diversificação, seja de enfoques/abordagens, seja de formatos. São espaços públicos onde o diálogo com o cidadão comum pode, de forma democrática, estimular a amplificação da divulgação das diversas lutas e vozes da sociedade, como previa Bertolt Brecht na Teoria do Rádio (1927 – 1932).

A Trajetória da Frei Caneca FM

Emissora pública vinculada à Prefeitura do Recife, a Frei Caneca FM, saiu do papel depois de mais de cinco décadas de expectativas, sobretudo para artistas e profissionais da Comunicação do estado de Pernambuco. A emissora foi criada por meio da Lei Municipal 6511, em uma iniciativa do Vereador Liberato Costa Jr, aprovada em 1960. A outorga foi concedida em 2011 pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O canal ocupado foi o 268/E, na frequência 101.5 FM para a cidade do Recife (FREI CANECA FM, 2019), e, considerando a necessidade de aumentar a alcance, a emissora também disponibiliza suas produções no *Facebook*, *Youtube*, plataformas de *podcast* como *Anchor*, *Spotify* e *MixCloud*, além de utilizar o próprio *Facebook* e demais redes como *Twitter* e *Instagram* para divulgar sua programação e eventos especiais. A programação é ouvida também em *streaming* no site da emissora (www.freicanecafm.org) e por meio de aplicativo que é baixado na *Play Store* do *Google*, além de o ouvinte também poder escutar através de aplicativos como o *Tune In* e o *Radio Garden*. Essa gama de possibilidades de escuta da emissora rende a Frei Caneca a interessante experiência de poder contar com a interação de ouvintes desde o interior do

estado de Pernambuco até outros países, esses, geralmente oriundos de Pernambuco e residentes fora do Brasil.

O nome da rádio vem da inspiração de seu patrono,

Joaquim da Silva Rabelo, também conhecido como Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo ou, simplesmente, Frei Caneca [...] foi um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador, em 1824. Pela sua audácia e por defender ideais libertários, foi executado em 13 de janeiro de 1825, no Forte das Cinco Pontas, no Recife. (FREI CANECA FM, 2019).

A rádio surgiu com a missão de fortalecer e valorizar a cultura e educação e promover o incentivo à cidadania, propiciando o debate crítico, a participação cidadã, por meio de representações da sociedade civil organizada. Atualmente dezesseis pessoas integram o quadro de funcionários da rádio: Gerente-Geral, Gerente de Programação, duas apresentadoras e produtoras, um apresentador, uma programadora musical, dois Operadores de Áudio, Engenheiro de Telecomunicações, três estagiários de Comunicação (de habilitações variadas), uma copeira e três vigilantes.

Do dia 30 de junho de 2016 ao dia 28 de junho de 2018 a Frei Caneca FM transmitiu no FM na frequência dos 101,5 e na internet no www.freicanecafm.org uma programação experimental, essencialmente musical, mas com algumas ações especiais pontuadas em datas representativas, mas ancoradas, ainda assim, pela música. Por programação experimental, a gestão entende um momento em que alguns formatos foram pensados, a equipe foi se formando e afinando e algumas escutas foram importantes nessa tessitura. O maior desafio que a emissora enfrentou representou também o seu maior diferencial: começar uma programação completamente do zero, com uma equipe inteiramente nova e num processo de escuta que jamais foi visto em outra emissora de Pernambuco, com representantes de organizações da sociedade civil em diálogo constante, sugerindo e monitorando o trabalho da emissora. Isso é possível de se desenvolver graças à atuação de um grupo de trabalho, resultado de escolhas de grupos maiores que se formaram em 2014 para debater e construir propostas para os eixos Gestão, Financiamento e Programação da emissora. “As recomendações foram compiladas no documento "Propostas da Sociedade Civil para a Frei Caneca FM"⁴. (FREI CANECA FM, 2019, p.1).

⁴ Disponíveis no site da emissora em: <http://www.freicanecafm.org/grupo-de-trabalho>

A programação da emissora vai refletindo a necessidade de conteúdo local na programação. Todos os anos, em média a cada seis meses, são colocados no ar editais públicos de ocupação da grade de programação, e, no fim de 2019, começo de 2020, pela primeira vez, houve o auxílio financeiro para as propostas submetidas ao edital. Neste, foram selecionados 43 programas de áreas diversas, de música *black* a programas que tratavam de cicloativismo, de rádio experimental a programa sobre a cena *reggae*, entre outros. As propostas de programas para o edital de Ocupação de Grade são distribuídas em categorias diversas, oriundas da produção independente, já desenvolvidos, e também propostas inéditas, enviadas por pessoas físicas ou jurídicas e também por rádios comunitárias outorgadas ou livres. Os projetos contemplam produtos radiofônicos com duração de 60 ou 120 minutos, para promover debates e conhecimento nas áreas da cultura, cidadania, educação, entre outros. (FREI CANECA FM, 2019, p.1).

Os ganhos operados pela ocupação da grade de programação por programas produzidos por entidades da sociedade civil são imensos e prolíficos, uma vez que são importantes para o ouvinte, cidadão que ganha em ouvir uma programação plural que alcança nichos diversos. Bom também para os produtores de conteúdo que têm como divulgar suas ações e pôr em pauta numa emissora aberta e de bom alcance de público questões que pouco são abordadas pelas demais emissoras do estado (muitas comerciais). E ganha também a própria Frei Caneca FM que tem como ocupar seus horários de programação com conteúdos variados feitos a muitas mãos e mentes, legitimando o seu papel de emissora pública, sem falar que, até pela equipe reduzida de profissionais da emissora, seria praticamente impossível dar conta de tanta produção inédita (conteúdo e programação musical) se tudo fosse feito apenas pela equipe contratada e fixa na emissora.

Ao longo de sua atuação desde 2016, a Frei Caneca obteve alguns reconhecimentos como o Prêmio Abebé de Prata 2019, concedido a entidades, grupos, pessoas que se destacam no trabalho de valorização à cultura de matriz africana; e a indicação na categoria “Projeto do Ano” ao 3º Prêmio SIM pelo trabalho na difusão da música brasileira.

Rádio Paulo Freire - A Rádio que Fazemos Juntos

A Rádio Universitária Paulo Freire é a nova denominação da antiga Universitária AM 820 que foi criada em 1962, quando Paulo Freire esteve à frente do SEC-UR, o Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife (denominação da UFPE à época). O SEC-UR foi uma experiência extensionista pioneira no Brasil que, na época, reuniu muitos intelectuais progressistas do Estado (MENDONÇA; VERAS, 2004, p. 15).

A emissora já fazia parte do projeto educacional liderado por Paulo Freire e prova disso foi a veiculação do programa radiofônico “Cultura Popular e Alfabetização”, levado ao ar pelo Movimento de Cultura Popular, uma ação criada em 13 de maio de 1960 com a missão de emancipar as classes populares por meio da alfabetização e educação. Com novo nome e sob a gestão do Departamento de Comunicação Social, a emissora passou a funcionar como rádio-escola, a partir de sua mudança de estatuto e regimento, aprovada em 22 de novembro de 2018, depois de um longo período espelhando somente a programação da Universitária FM por falta de um quadro próprio de pessoal.

A mudança do nome da emissora, que marca a sua nova fase, justifica-se não apenas pela homenagem ao seu fundador, mas também pela influência do pensamento paulofreireano na concepção da rádio-escola: de um lado, a identificação e valorização da cultura e saberes das classes populares, e, de outro, a aposta em um conhecimento que se constrói junto, a partir de mecanismos de participação e reconhecimento do outro. Esta orientação é evidenciada pelo slogan ‘Rádio Paulo Freire, a rádio que fazemos juntos’, com o qual se indica um diálogo imediato com o pensamento de Paulo Freire. Segundo ele, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo-relativo” (FREIRE, 2015, p. 25).

Já como rádio escola, a Paulo Freire passou a operar com programação própria a partir de fevereiro de 2019. Nessa fase, a emissora veicula uma grade própria de seis horas diárias (das 8h às 14h), composta por programas e conteúdos produzidos 1) Pela equipe interna da rádio, formada por alunos dos cursos de Comunicação Social sob supervisão da equipe gestora; 2) Pela comunidade acadêmica, a partir de disciplinas ou projetos de extensão; 3) Por outras emissoras universitárias; e 4) Pela sociedade civil, por meio de chamadas públicas (em 2021, foram selecionados, via edital público, oito programas oriundos da sociedade e sete deles já estão no ar); 4) programas próprios produzidos por estudantes e professores dos cursos de Comunicação da UFPE (*campus* Recife e *campus* do Agreste).

No restante do dia, a Paulo Freire⁵ espelha a programação da Universitária FM, pois ainda não possui um quadro de pessoal que permita sua inteira autonomia de programação. Todos os programas oriundos da própria rádio também são veiculados por *streaming* no perfil da rádio (<https://sites.ufpe.br/rpf/>) nas plataformas digitais *Facebook* e *YouTube*, com divulgação também pelo *Twitter* e *Instagram*. Após a veiculação, os programas ficam disponíveis ao público no canal do *YouTube* (<https://www.youtube.com/channel/UCzF6KeukeoV44hOI2dQWeEg>). Dessa forma, as mídias sociais são usadas de forma a complementar, cada uma, a experiência de recepção e circulação dos conteúdos, explorando a transmidiação, definida por Fechine et al (2013) como

[...] um modelo de produção orientado pela distribuição em distintas mídias e plataformas tecnológicas de conteúdos associados entre si e cuja articulação está ancorada em estratégias e práticas interacionais propiciadas pela cultura participativa estimulada pelo ambiente de convergência (FECHINE et al, 2013, p. 26).

Temos a onipresença das plataformas digitais de comunicação soma-se à cadeia produtiva da Rádio Paulo Freire. Kischinhevsky (2014, p.148) salienta que o rádio já pode ser considerado como um meio expandido, que não se limita às ondas hertzianas, integrando um complexo industrial de radiodifusão dentro do qual se pode pensar em diferentes modalidades de plataformas de difusão: 1) quanto à distribuição: aberto, por assinatura ou de acesso misto; 2) quanto à recepção: síncrona ou assíncrona; 3) quanto à circulação: aberta, em plataformas/ aplicativos de livre acesso, ou restrita, em serviços de *microblogging*⁶, *podcasts* ou *web radios* em que é preciso se cadastrar para participar, ainda que o acesso seja gratuito. É assim que o rádio “transborda” para múltiplas plataformas, consolidando suas características e versatilidade de adaptação para ampliar a distribuição de conteúdos produzidos pelas emissoras (KISCHINHEVSKY, 2016).

⁵ Para conhecer melhor a programação acesse: <https://sites.ufpe.br/rpf/>.

⁶ *Microblogging* pode ser definido como uma forma de comunicação possibilitada pelas novas tecnologias em que os usuários realizam curtas publicações a partir de uma plataforma de compartilhamento de conteúdos. Além de se diferenciar dos blogs por sua restrição de tamanho, a prática do *microblogging* se destaca pela atualização contínua a partir de dispositivos móveis.

Contudo, a interface entre as ações em ondas médias e as realizadas em rede não alteram o teor, nem a concepção de uma rádio-escola, que não significa a mera utilização dos recursos de áudio em uma instituição de ensino para o desenvolvimento de atividades educativas. Inserida no contexto do ensino superior e em um núcleo mais amplo que posiciona a universidade como agente de comunicação pública, a rádio-escola é, de um lado, um instrumento de produção e difusão de conteúdos de interesse coletivo, que colaboram para fortalecimento da democracia, cidadania e diversidade e, de outro, um meio para a formação profissional de estudantes de Comunicação e áreas afins.

A orientação pelo pensamento do pedagogo Paulo Freire, que está no nome e na origem da rádio escola da UFPE, impulsionam seu projeto editorial e pedagógico para uma “comunicação libertadora”. É ancorada neste princípio que a rádio-escola da UFPE tem priorizado a articulação com os movimentos sociais e comunitários e o protagonismo dos estudantes em sua produção.

Breves Conclusões

De acordo com Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz (2005, p.17), não se tem uma sociedade democrática na qual as pessoas possam exercer seu pleno direito de cidadania enquanto não houver a possibilidade concreta de as pessoas expressarem sua opinião e manifestarem seu pensamento. As rádios públicas se transformam, dentro desse cenário, em focos de luta por uma comunicação libertária e democrática a serviço dos interesses coletivos. Em suma, uma comunicação pública.

Ao longo do seu tempo de atuação (iniciada em 2016) muitas têm sido as conquistas da Frei Caneca FM no que se refere ao reconhecimento da rádio como uma emissora plural, construída com participação popular, seja via editais de ocupação da grade de programação, seja considerando também a abertura de espaço para pautas, entrevistas, campanhas da sociedade civil organizada ou ainda parcerias com demais emissoras públicas com trocas de conteúdos. Desde a abertura dos microfones, após a fase musical experimental, até os dias de hoje, se configura um desafio pensar a construção de conteúdo na emissora num momento em que a Comunicação Pública precisa muito ser fortalecida. Na Frei Caneca FM, de Recife, essa busca é diária.

Na Rádio Paulo Freire, esse entendimento de fortalecimento das ações públicas de comunicação são percebidos e praticados em cada conteúdo que é colocado no ar. Estar numa rádio-escola em que princípios da comunicação pública são executados diariamente faz toda a diferença na formação dos futuros profissionais e se coloca fundamental para pensar numa comunicação que queremos e que se faz necessária sobretudo em tempos nebulosos de ataques à democracia.

REFERÊNCIAS

ARPUB. Disponível em: <https://arpub.wordpress.com/>. Acesso em: 8 jan. 2019.

BRECHT, Bertolt. Teoria do rádio (1927 – 1932). In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular**. 1ª edição. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

_____. **Sobre a independência das emissoras públicas no Brasil**. Revista Eptic Online Vol.15 n.2 p.121-136 mai-ago 2013.

FECHINE, Yvana; GOUVEIA, Diego; ALMEIDA, Cecilia; COSTA, Marcela; ESTEVÃO, Flávia. Como pensar os conteúdos transmídias na teledramaturgia brasileira? Uma proposta de abordagem a partir das telenovelas da Globo. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). (2013). **Estratégias de Transmídiação na Ficção Televisiva Brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 19- 60.

FREI CANECA FM. Disponível em: <http://www.freicanecafm.org/> Acesso em: 8 jan. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. **Mídia e democracia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

KISCHINHEVSKY Compartilhar, etiquetar: Interações no rádio social. **Comunicação, mídia e consumo**, v. 11, n. 30. São Paulo, janeiro de 2014.

_____. **Rádio e Mídias Sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

MENDONÇA, Djanyse Barros de Arruda; VERAS, Dimas Brasileiro. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). **Estudos Universitários, revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco**, v. 24/25, n. 5/6 p. 1 – 78. Recife, dezembro de 2004.

VIRGÍLIO, Paulo. **Primeira transmissão de rádio no Brasil completa 90 anos.** Disponível em: <http://www.ebc.com.br/2012/09/primeira-transmissao-de-radio-no-brasil-completa-90-anos> Acesso em: 02 mai. 2018.